

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO OPÇÃO DE CARREIRA ENTRE OS UNIVERSITÁRIOS

Autores:

Gustavo de Paula Rodrigues Alves¹

Luiz Gustavo Rodrigues de Souza²

Resumo

O presente estudo conceitua, por meio de pesquisa bibliográfica, descritiva e documental, os modelos de gestão utilizados pela Administração Pública no Brasil e suas evoluções. Notadamente, os modelos patrimonialista, burocrático e gerencial. Identificou-se os impactos das gestões desses modelos na sociedade. O estudo buscou analisar os interesses e percepções do impacto da Administração Pública e a escolha dela como opção de carreira entre os universitários do Curso de Administração em uma universidade localizada na cidade de Lorena – SP. Para tanto, conduziu-se a pesquisa por meio de coleta de dados. Dentre os resultados, apontou-se que 70% dos entrevistados se interessam por assuntos que envolvem a administração pública. Além disso, quase a totalidade dos entrevista (90%) consideram que a Administração Pública exerce impactos em suas vidas. Verificou-se desinteresse pela área pública em cerca de 50% dos entrevistados. Mas, a maioria ainda demonstra interesse pelo setor público em razão da estabilidade oferecida.

Palavras-chave: Administração Pública; Modelos Gestão Pública; Área Pública; Opções de Carreira.

PUBLIC ADMINISTRATION AS A CAREER OPTION AMONG UNIVERSITARIANS

Abstract

The present study conceptualizes, through bibliographical, descriptive and documentary research, the management models used by the Public Administration in Brazil and its evolutions. Notably, the patrimonialist, bureaucratic and managerial models. It was identified the impacts of the management of these models in society. The study sought to analyze the interests and perceptions of the impact of the Public Administration and the choice of it as a career option among university students of the Administration Course at a university located in the city of Lorena - SP. To do so, the research was conducted through data collection. Among the results, it was pointed out that 70% of the interviewees are interested in matters involving public administration. In addition, almost all interviewees (90%) consider Public Administration to have an impact on their lives. There was disinterest in the public area in about 50% of respondents. But most still show an interest in the public sector because of the stability offered.

Keywords: Public administration; Public Management Models; Public Area; Career Options

¹ Graduado em Administração pelo Unifatea – Centro Universitário Teresa D’Ávila – Email: gustavorodriguesalves1@gmail.com

² Mestrado Profissional em Design, Tecnologia e Inovação – PPG-DTI Unifatea e Professor e Coordenador do Curso de Administração pelo Centro Universitário Teresa D’Ávila – Unifatea – Email: lgr.souza@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Administração pública compreende todo o aparato existente (estrutura e recursos; órgãos e agentes; serviços e atividades) à disposição dos governos para a concretização dos propósitos políticos para a promoção econômica e social, sendo primordial o papel do Estado em canalizar esforços, por meio do aparato da administração pública, visando o bem comum da coletividade (PALUDO, 2012, p. 35). Logo, o aparelho administrativo do Estado deve ser estruturado de tal forma que atinja as necessidades coletivas. Resumidamente, a administração pública pode ser conceituada pela união de áreas do governo que contam tanto com função política quanto administrativa, formada por órgãos, entidades e agentes públicos, cujo dever é desempenhar as atividades administrativas do Estado.

A Administração Pública divide-se tanto em Governo (Estrutura Administrativa), compete tomar as decisões políticas, quanto a Administração em si, a quem compete executar as decisões, seja em nível federal, estadual ou municipal (PALUDO, 2012). No Brasil, a área pública sempre foi o anseio de brasileiros para trabalhar, ou seja, conquistar uma vaga no setor público é visto como um sonho para muitos, proporcionando carreira e estabilidade. De longa data, o setor público tem sido o maior empregador do país, totalizando em 2016 cerca de 11,5 milhões de trabalhadores, nas três esferas de governo. Além disso, destaca-se que os trabalhadores na esfera municipal com 6,5 milhões de trabalhadores (IPEA, 2019).

Atualmente são mais de 180 concursos com mais de 20 mil vagas para diferentes níveis de escolaridade (GLOBO, 2019). Esse dado traz um alento para aqueles que estão desempregados, cerca de 13,7% da população economicamente ativa se encontram desempregadas e entre os jovens 18 e 24 anos, o número é ainda maior, chegando a quase 29%. Essa realidade tem levado cada vez mais pessoas recém-graduadas a saírem das universidades e buscarem concursos públicos (GLOBO, 2016).

Diante do exposto, o presente estudo tem as seguintes perguntas de pesquisa: Qual o interesse dos universitários sobre Administração Pública? E tem como objetivos específicos de pesquisa responder: Qual interesse em segui-la como carreira de trabalho? O que os fazem se desinteressar por ela? Pretende-se também, como objetivos específicos, conceituar o que se entende por Administração Pública, e traçar cronologicamente sua evolução no Brasil. Para

tanto um estudo de campo sendo aplicado, como instrumento de coleta de dados um questionário direcionado aos discentes do curso de Administração de uma universidade localizada na cidade de Lorena, no estado de São Paulo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A administração pública pode ser entendida de modo amplo como sendo um “conjunto de pessoas, entendidas no seu coletivo, enquanto sujeitos públicos, que articulados através de órgãos e serviços desenvolvem a atividade ou função administrativa que lhe compete” (KEHRIG, 2010). A Administração Pública é regida para o benefício do coletivo, mesmo quando em vista de algum interesse estatal imediato, deve sempre o ato final de sua atuação voltado ao interesse público. Quando este objetivo não estiver presente, significará então, que houve desvio de finalidade (KHERING, 2010).

No Brasil, a Administração Pública vem se transformando ao longo dos anos, isso porque os Administradores têm mudado suas ações e visões, graças a constante pressão e interesse crescente da sociedade na busca de seus direitos. Esta consciência desenvolvida imputa aos Gestores Públicos a necessidade de profissionalizarem sua gestão e primarem pela qualidade e transparência de suas ações.

De acordo com Paludo (2012), ao longo de Governo Republicano Brasileiro, os modelos de administração são caracteristicamente formados por gestão patrimonialista, burocrático e o gerencial. Cada um deles implicam em mudanças, as quais ocorrem devido a diferentes necessidades, em razão de:

[...] um processo de aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Estado à população e essa pode ser representada por três modelos: administração pública patrimonial, administração pública burocrática e administração pública gerencial. Nesses modelos, o objetivo é suprir uma deficiência do modelo anterior, introduzindo novos conceitos ou mudando conceitos ineficientes ou nocivos ao aparelhamento do Estado (SILVA, 2015, p.2).

Historicamente, no Brasil tem-se três modelos de administração numa perspectiva de evolução do modelo patrimonialista para o modelo gerencial.

Para entender o **Modelo Patrimonialista**, precisa-se compreender como se iniciou o processo da Gestão Pública do Brasil, e como se deu o surgimento de seus modelos administrativos, e para isso é inevitável que entenda-se um pouco da sua história a partir do

descobrimto por Portugal, em que o país sofreu consequência direta de das influências lusitanas.

Deste o descobrimto do Brasil, a população herdou traços que tornaram tanto o Estado quanto Administração Pública patrimonialistas, perdurando até 1930. Segundo Faoro (1984) esta foi uma herança da cultura lusitana, que tem origem na vinda da coroa, onde reside a cultura da a apropriação do público pelo privado. Este modelo se resume no poder centralizador e forte influência da Igreja. O conceito de “Patrimonialista” se remete aquilo que se apodera do que é Público e o torna em Privado. Nesse modelo, a Administração Pública caminhava de acordo com os interesses de alguns, sob o sistema de privilégios e interesses. Por Séculos este Sistema permaneceu ativo e chagando a identidade do País. Segundo Oliveira (2013, p. 18, grifo do autor) “O patrimonialismo caracterizava-se pelo caráter personalista do poder, pela lógica subjetiva e casuística do sistema jurídico, pela irracionalidade fiscal e pela tendência à **corrupção** do quadro administrativo”.

Neste caso, a palavra “Patrimonialismo” se interliga a situação em que havia trocas de favores por meio de doações de terras e territórios os quais mais tarde serviam como influência Política ao governante que as doou para seus comandados.

Tudo aquilo que era arrecadado por meio dos tributos e impostos, eram gastos indiscriminadamente pelos governantes. Uma vez que o Estado era tido como parte dos bens do soberano. Não havia distinção de cargos.

Foi apenas com o advento do Estado de Direito, durante a Era Vargas, que o Brasil passa a conhecer o **Sistema Administrativo Burocrático**, segundo relata (COSTA, 2010, p. 116).

O primeiro governo Vargas representa um marco, não só porque produziu grandes transformações nas estruturas econômicas, sociais e políticas do país, mas também porque realizou o primeiro esforço deliberado sistemático e continuado de modernização administrativa.

A partir da criação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) o Estado passa a assumir papel decisivo e intervém na produção de bens e serviços, cujo objetivo era o controle da gestão pública, para instituição e aprimoramento dos princípios burocráticos, como os de acesso ao serviço público via concurso, a capacitação e treinamento dos servidores. Conforme dito por Junquillo (2012, p. 117).

Uma iniciativa das mais marcantes desse novo período de reforma do Estado foi a criação do Conselho Federal do Serviço Público, em 1936, sendo transformado pelo Decreto-Lei n. 579 de 30 de julho de 1938, no Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão que ficou responsável pela concepção, condução e execução das mudanças pretendidas.

Bresser Pereira (2006, p. 26) afirma que a burocracia é uma instituição administrativa usada como instrumento para combater o nepotismo e a corrupção. Comumente visto na gestão pública anterior.

A Administração Pública Burocrática tem em sua essência, segundo Max Weber (1982, p. 229), o apego à normatização e ao controle na forma de proceder. É ligada por normas e regulamentos previamente estabelecidos por escrito e baseada em legislação própria que define com antecedência como a organização deve funcionar. A organização é ligada por um processo comunicativo eminentemente escrito. Todas as regras, decisões e ações administrativas são formuladas e registradas por escrito. Tudo deve ser registrado de tal forma que possa ser posteriormente provado. Conferem às pessoas investidas da autoridade um poder de coação sobre os subordinados e também os meios coercitivos capazes de impor a disciplina.

Para Max Weber, a burocracia, pode ser definido da seguinte forma: “aparato técnico-administrativo, formado por profissionais especializados, selecionados segundo critérios racionais e que se encarregavam de diversas tarefas importantes dentro do sistema”. Chiavenato (2010, p. 71), porém, sugere que a Burocracia seja “uma barreira monolítica às mudanças. Uma camisa de força que bloqueia e impede o ajustamento da organização às mudanças ambientais”.

Nesse contraponto, há problemas graves constatados pelo sistema burocrático, embora ainda assim ele já seja considerado um grande avanço em relação ao seu antecessor. Dentre estes problemas encontrados no Modelo Burocrático, podemos elencar os mesmos indicados por Chiavenato (2004, p. 268) está o fato dele ter a Administração focada em si mesmo, perdendo seu objetivo básico que é estar à disposição da sociedade, ser flexível. Ele relata que a existência de normas é positiva, entretanto o problema está quando elas se tornam não os meios, mas o objetivo. O que faz com que os funcionários usem o que denomina por “viseiras”, perdendo aquela que deveria ser princípio de qualquer atividade racional: a flexibilidade. Chiavenato (2004, p. 269) relata ainda, o que considera ser os pontos negativos da administração burocrática, são eles:

- **Excesso de formalismo e papelório.** Entendido como a necessidade de se registrar tudo em papéis, afim de que possa ser eventualmente comprovado o recebimento ou envio de documentos, a tendência ao excesso de formalismo.
- **Resistência às mudanças.** Acostumados com rotinas e ações padronizadas, reagem negativamente a qualquer início de mudança. O funcionário, inclusive o público, se acostuma com a sensação de estabilidade, sentindo seu futuro ali inabalável e sem a necessidade de se adaptar, evoluir, aprender, estudar, melhorar.

Os procedimentos citados anteriormente, dentre outros fatores, não permitem que o sistema funcione flexivelmente e, muito menos com criatividade e liberdade por parte de seus servidores. O Sistema Burocrático não dá condições para que decisões rápidas sejam tomadas, isso porque seus controles e normas de meios, passam a ser objetivos da administração burocrática, se tornando excessivos e formais logo, tornando o atendimento pouco ágil.

Aqui, salienta-se em especial, e uma vez mais a questão problemática da resistência às mudanças pois, quando se fala de Serviço Público é necessário a volatilidade, para justamente acompanhar as mudanças que a própria sociedade apresenta e os avanços que surgem em decorrência do desenvolvimento da informática e das inovações tecnológicas. Entretanto, através deste Sistema de Gestão isso não é alcançado e, muitas vezes, gera-se um sistema público arcaico e ultrapassado.

De outro modo, a **Administração Gerencial**, é a mais atual das três. Seu surgimento se dá justamente pelo desgaste do modelo anterior, a fim de superar a rigidez e inflexibilidade. A Globalização impulsionou ao Brasil a mudança de seu modelo de administração, para Reis (2014 p. 114), essa vital mudança na gestão é gerada pela falta de eficiência em atender as novas demandas do mundo globalizado ligada ao desgaste do modelo burocrático de administração e, assim, emergiu a necessidade de uma nova forma de administrar a máquina pública que foi, como denominada por Bresser-Pereira, o “modelo gerencial”.

Com a criação do Ministério da Administração Federal, em 1995, tendo como Ministro Luiz Carlos Bresser, a intenção foi a tentativa de consolidar o novo modelo de Administração Gerencial. Este modelo tem como características, segundo Bresser Pereira (2005, p. 28):

“É orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários são merecedores de grau limitado de confiança; como estratégia serve-se da descentralização e do incentivo à criatividade e à

inovação; e utiliza o contrato de gestão como instrumento de controle dos gestores públicos”.

Ou seja, o desempenho da organização, os resultados obtidos tudo que engloba os diferentes gerenciamentos de recursos, sejam os humanos, materiais ou financeiro. Seu formato propicia sua flexibilidade na criação e na atualização às mudanças sociais, culturais, tecnológicas, permitindo que a adaptação aconteça mais naturalmente.

Segundo Bresser-Pereira (1998), este modelo se opõe ao da Administração Patrimonialista, pois ela se apropriava indevidamente daquilo que era público, enquanto a Administração Burocrática se baseava na rigidez dos procedimentos, ocasionando na lentidão do atendimento ao cidadão. A Administração Gerencial se destaca por ser diferente das demais. Levando, contudo, a essência do burocrático, mas de tal forma que se tornasse mais flexível.

Este modelo gerencial surge na Gestão Pública como tentativa de responder positivamente aos problemas apresentados pelo modelo anterior. Nela apresenta pontos semelhantes aos de uma empresa. Entretanto, não se pode confundi-las, pois, a primeira depende dos impostos e tributos recolhidos e tidos como obrigatórios, enquanto a receita da segunda depende exclusivamente dos pagamentos feitos por seus clientes. Uma é voltada para o lucro particular e individual (grupo de investidores), a outra para o interesse da comunidade, do coletivo. Como diz Bresser Pereira (1998, p. 122), a Administração Pública deve:

“Ver o cidadão como um cliente significa apenas dar-lhe a devida atenção, dedicar-lhe o respeito que ele não tem nas práticas da administração pública burocrática, auto referida, voltada para seu próprio poder”.

Sendo assim, a Administração gerencial vê o cidadão como um cliente, do qual se utiliza dos produtos ou serviços disponíveis pela coisa pública. Segundo o mesmo autor, as empresas veem o indivíduo como um cliente porque lhes é interessante, e os Governos veem ou devem ver o indivíduo como um cliente, porque é um direito que possuem como cidadão. A Administração deve então trabalhar para que diferentes necessidades do cidadão sejam devidamente atendidas.

O gerenciamento da coisa pública empreende adequar as organizações públicas aos seus objetivos prioritários que são os resultados. Busca identificação com os usuários e incrementar sua eficiência com mecanismos de quase mercado ou concorrência administrada (BACHTOLD,

CIRO, 1997, P. 08). O cidadão é o objeto para o qual a mudança deve ser direcionada. Toda flexibilidade e eficiência deve ser voltada para ele:

Reforçar a governança, mediante transição programada, de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão. [BACHTOLD, C., 1997, P. 11].

Lima Júnior (1998) se põe criticamente a esse modelo Gerencial de gestão, entendendo que ele não condiz com a realidade brasileira. Diz ainda, que a premissa deste modelo sugere que seus modelos anteriores foram superados, cabendo então a introdução desse novo modelo. O que na prática não acontece. O Brasil enfrenta muitos problemas para a adaptação e utilização desse modelo gerencial de administração pública. Por apresentar traços culturais e até mesmo institucionais baseados em um modelo burocrático. Isso acontece sobretudo em seus municípios, percebendo-se inclusive na gestão de alguns territórios, a marca do Patrimonialismo. Esse processo de transformação pode levar ainda muitos anos, sobretudo pela influência Política exercida nessas administrações.

3 METODOLOGIA

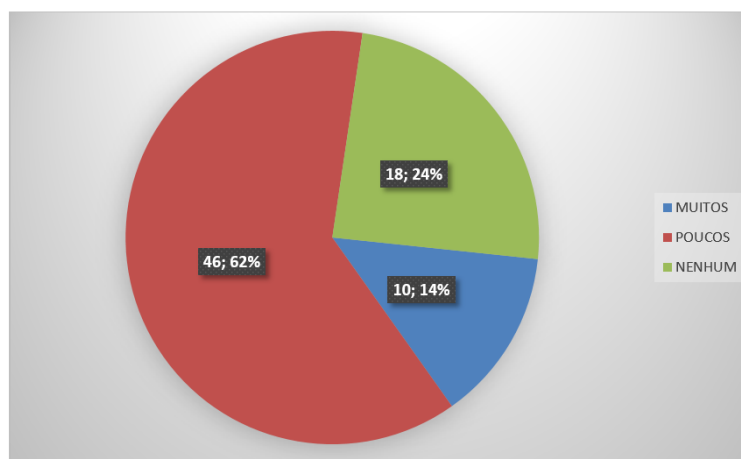
Esse trabalho se amparou em metodologia bibliográfica e qualitativa de caráter exploratório, com coleta de dados por meio de questionário aplicado a uma amostragem estratificada de 78 discentes de um Curso de Administração localizado em uma Instituição do município de Lorena, São Paulo.

O instrumento de coleta de dados foi estruturado com oito perguntas fechadas. O questionário foi distribuído no dia 22 de outubro de 2018. Responderem-na, voluntariamente pertencentes ao Curso de Administração da 1ª Série à 4ª. Série. O Curso de Administração é comumente um dos mais procurados do Brasil, pelo vasto campo de mercado de trabalho, além de possibilitar ao aluno diferentes opções de especializações e áreas para atuar. Por ser um campo que forma profissionais tanto para área privada quanto para pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a crise econômica que se alastra pelo mercado de trabalho Brasileiro desde 2015, muitos apostam seguir carreira na Administração Pública, ao prestarem um concurso público como forma de se estabilizarem e garantirem um emprego. Nessa perspectiva, aumenta a concorrência nas provas abertas pelos órgãos públicos e o número de vagas se torna cada vez mais disputada.

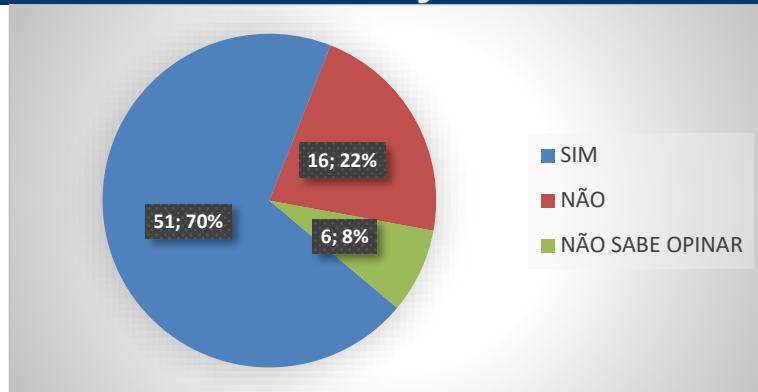
Gráfico 1 – Conhece alguém que trabalhe na Prefeitura Municipal da cidade



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Com intuito de verificar a influência que o Universitário possa ter de amigos, familiares ou conhecidos, foi questionado se conhecem alguém que trabalha na Prefeitura Municipal de sua cidade. Conforme Gráfico 1, observa-se que dos 74 entrevistados, 62% da amostra, que corresponde a 46 alunos, responderam conhecer “POUCOS” que trabalhem nesse meio. Outros 24%, 18 alunos, responderam não conhecer “NINGUÉM” que trabalhe na Prefeitura. Enquanto 14%, 10 alunos, dizem conhecer a “MUITOS”. Desta forma, percebe-se que há poucas referências para a maior parte dos entrevistados entre parentes e conhecidos que trabalhem na área Pública.

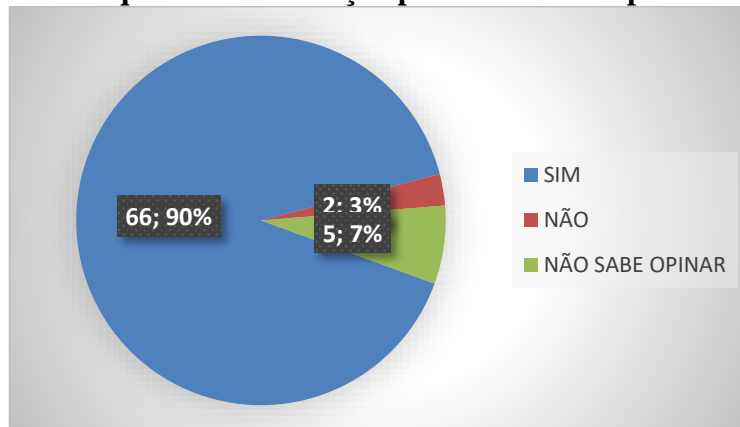
Gráfico 2 – Interesse dos entrevistados na administração pública



Fonte: dados da pesquisa (2018)

Quando perguntado sobre seus interesses por assuntos que envolvam a administração pública, Gráfico 2, uma grande maioria de 70%, 51 dos entrevistados, afirmaram “SIM”, ou seja, tem interesse pela área de administração Pública. Outros 22%, 16 alunos, disseram “NÃO” se interessar, enquanto 8%, 06 alunos, não souberam opinar. Esse alto número reflete o interesse dos candidatos pela área, devido as dificuldades crescentes ao enfrentarem as concorrências do mercado de trabalho privado que carecem de vagas. Segundo o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, entre os inscritos para o concurso de 2018, em relação aos do concurso anterior (2013), houve um aumento de 37% da procura.

Gráfico 3 – Considera que a administração pública causa impacto na sua vida

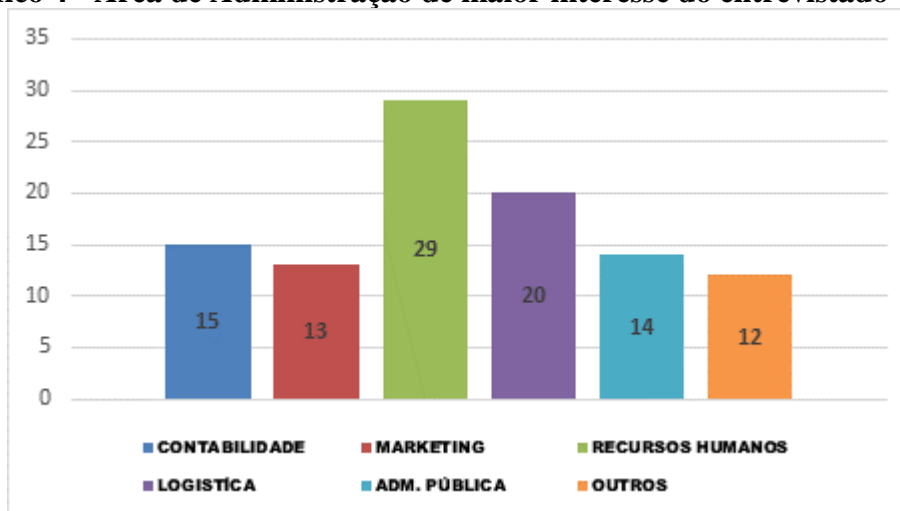


Fonte: dados da pesquisa (2018)

A pergunta representada pela Gráfico 3 tem a finalidade de medir a consciência desses universitários quanto a percepção de impacto da administração pública em sua vida. Pelos resultados obtidos foi possível identificar que parte daqueles que declararam “NÃO” se interessar por assuntos que envolvam a Administração Pública, consideram que ela não causa

impacto em suas vidas. Apenas 3% dos entrevistados consideram que não tenha impacto em suas vidas. Pode-se observar percentual expressivo dos que respondem “SIM”, a este questionamento, sendo representado por 90% das respostas.

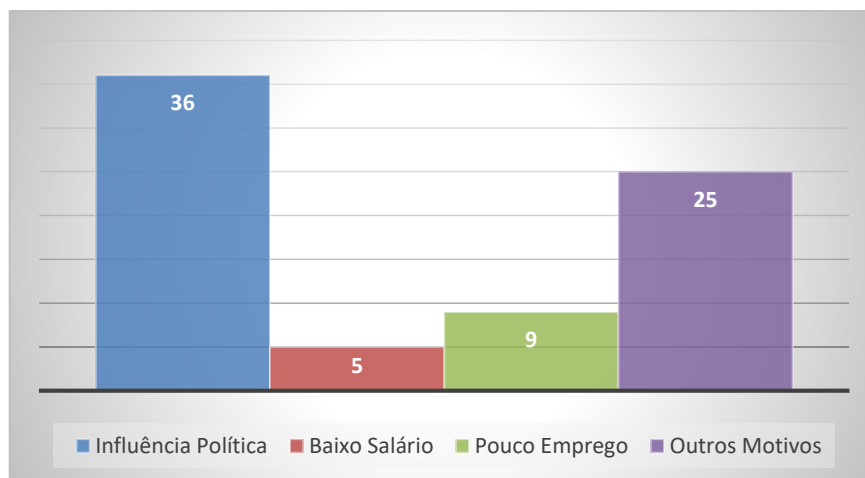
Gráfico 4 - Área de Administração de maior interesse do entrevistado



Fonte: dados da pesquisa (2018)

A questão representada pelo Gráfico 5 avalia a preferência desses universitários quanto à área de atuação que pretendem seguir. Eles puderam nessa alternativa sinalizar mais de uma resposta, se necessário. Por isso obteve-se como resultado um total de **103 respostas**. Dessas, destacam-se as áreas de Recursos Humanos com 29 votos, Logística, em segundo com 20, e Contabilidade, em terceiro com 15 interessados. Administração Pública aparece logo mais abaixo como a 4ª opção de preferência entre os universitários em uma escala de seis opções. Sendo seguida por Marketing e “Outras” opções.

Gráfico 5 – Motivos de interesse pela área de administração pública

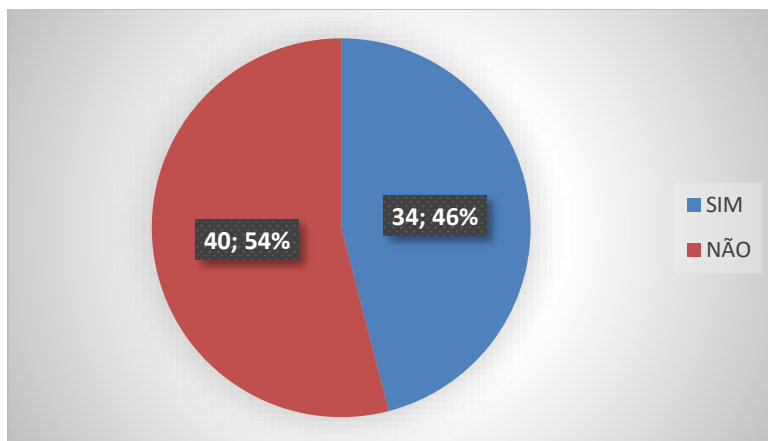


Fonte: dados da pesquisa (2018)

No Gráfico 5 observa-se que a influência política vem carregada de sentimentos referentes a variáveis externas ao ambiente natural, pois questões como corrupção, indicações a cargos, acontecem em todas as áreas, no entanto, considerando os acontecimentos nacionais envolvendo diversos escândalos expostos a área de maneira agressiva e pouco atrativa, levando-a assim ao topo dos motivos que os faz se desinteressarem, recebendo 36 votos. Em segundo aparece “outros motivos”. Pouca oportunidade de emprego, é a visão de 09 dos entrevistados, enquanto baixo salário é a opção de 05.

A pesquisa mostra até aqui que os universitários têm consciência e mesmo interesse por tal área e assunto, dado as respostas que deram acima. Entretanto, não se sentem seguros, devido a incidência dos fatores citados acima.

Gráfico 6 – Conhecimento das oportunidades na área de administração pública

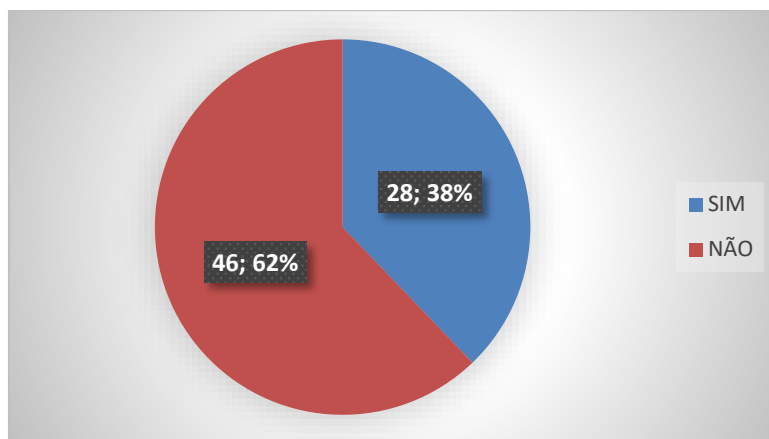


Fonte: dados da pesquisa (2018)

A pergunta registrada pelo Gráfico 6 demonstra que 54% dos entrevistados não conhecem as oportunidades de emprego na área pública. Segundo o Portal de Notícias G1 (2013), o mercado de concursos cresce mais de 40% ao ano. E a previsão em 2016, por exemplo, superavam as de 400 mil vagas em concursos federais, estaduais e municipais. Esse resultado mostra que devido ao interesse majoritário representado no Gráfico 4 em que áreas como Recursos Humanos e Logística aparecem em destaque, acrescido ao receio apresentado pelos entrevistados constados no Gráfico 5, a maior parte dos universitários entrevistados acabam por não se atualizarem quanto as vagas disponíveis.

No Gráfico 7, buscou-se conhecer se os entrevistados participaram de algum concurso público ou processo seletivo na administração pública.

Gráfico 7 – Participação em concurso ou processo seletivo no setor público

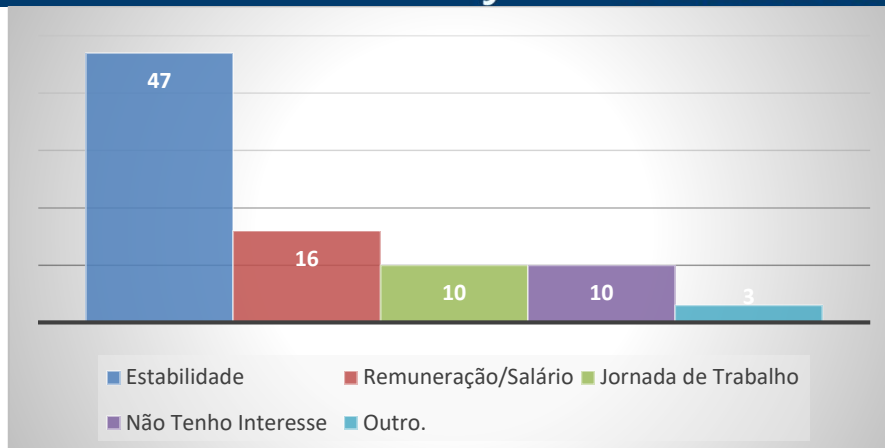


Fonte: dados da pesquisa (2018)

Considerando os resultados apresentados no Gráfico 7, 62% dos entrevistados ainda discentes da faculdade analisada, não realizaram nenhum concurso público, enquanto apenas 38% sinalizam ter feito algum em seu município.

Entende-se, então, que devido a falta de informações acerca de concursos disponíveis faz com que muitos jovens ainda não tenham prestado provas para atuarem na administração pública. Vale ressaltar que, as formas de se atuar na administração pública não são exclusivamente através de concurso Público, mas também por cargos indicativos, atividades de instituições sociais ou filantrópicas. Contudo, as provas de concurso e o interesse desses jovens em seguir carreira podem servir de motivação, entendendo que Administração Pública engloba as esferas municipal, estadual e federal. Nesse estudo, o questionário foi fundamentado na perspectiva da relação do universitário com a sua cidade.

Gráfico 8 – Interesse em seguir carreira na administração pública.



Fonte: dados da pesquisa (2018)

O grande fator que motiva os universitários para a área da Administração Pública é a estabilidade do cargo. Além desse ponto de destaque, a remuneração dos cargos é também atrativa a eles. Nesta pergunta, Gráfico 08, o aluno pôde selecionar mais de uma alternativa se julgasse necessário. Obteve-se assim, um total de 86 respostas. Das 05 alternativas, liderou com 47 das respostas e como ponto alto de interesse a “Estabilidade”, seguida de “Remuneração/Salário” escolhida por 16 entrevistados. Empatados em seguida, cada uma com 10 votos, a “Jornada de Trabalho” e o “Não Tenho Interesse”. Por fim, com 03 respostas, “Outros” motivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos permite entender as evoluções ocorridas na Gestão Pública ao longo dos anos no Brasil, possibilitando entender a influência dela na vida dos cidadãos. Evidência os impactos causados por gestões que agem com o objetivo de beneficiar determinados grupos ou a si mesmo, partindo de decisões pessoais.

Senão, impactos causados por gestões engessadas e de decisões lentas. O quanto tais evoluções têm ocorrido de forma tão lenta e viciada no território Brasileiro. O artigo mostra também, como uma Administração Pública consciente, e mais refinada pode trazer para a população benefícios e praticidade se bem aplicada, conforme preconizada pela Constituição Federal do Brasil de 1988. Como influencia na vida de toda sociedade, a forma com que o

governo gere o estado. Tais conceitos nos permitem perceber, a importância de se evoluir sem perder certas essências, como principalmente a de ser Pública, e de se servir o coletivo.

O artigo por meio da coleta de dados, buscou entender o posicionamento que o universitário em graduação tem em relação a escolha da área de Administração Pública como opção de carreira. Pôde assim relatar que, mesmo com os percalços advindos na aplicação de um modelo de gestão mais eficiente na prestação de seus serviços, com decisões menos engessadas e organização mais democrática, não faz com que os jovens desistam de trabalhar na área. A estabilidade, a remuneração, a não obrigatoriedade de se possuir experiência anterior de trabalho, a não descriminalização por sexo, idade ou classe social, e o fato do candidato depender exclusivamente de seu preparo para aprovação na prova, sem submissão a entrevistas eliminatórias e afins, faz com que os jovens universitários vejam e se interessem pela carreira na administração pública.

REFERÊNCIAS

BACHTOLD, C. **Noções de Administração Pública**. Cuiabá: Ed UFMT; Curitiba: UFPR, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a Cidadania: reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Ed. 34. Brasília: ENAP, 1998.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Gestão do Setor Público: estratégia e estrutura para um novo Estado**. SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 21-38, 2006.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração: Sétima Edição Totalmente Revista e Atualiz** BACHTOLD, C. **Noções de Administração Pública** -Cuiabá: Ed UFMT; Curitiba: UFPR, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em: 13 nov 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a Cidadania: reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional**. São Paulo: Ed. 34. Brasília: ENAP, 1998.

BRESSER-PREREIRA, L. C. **Reforma do estado e administração pública gerencial**. 4. ed. Rio de Janeiro : FGV, 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Gestão do Setor Público: estratégia e estrutura para um novo Estado**. SPINK, P. Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial. 7 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 21-38, 2006.

COSTA, F. L. **Reforma do Estado e Contexto Brasileiro: Crítica do Paradigma Gerencialista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 116, 2010.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração: Sétima Edição Totalmente Revista e Atualizada**. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 268 e 269, 2004.

CHIAVENATO, I. **Comportamento Organizacional – A Dinâmica do Sucesso das Organizações 2º ed**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CadernosMARE. **O Conselho de Reforma do Estado**. 1997. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/cadernosmare/caderno08.pdf>

Silva, Adival do Carmo. **Evolução da Administração Pública no Brasil e tendências de novos modelos organizacionais**. 2018. Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2013/12/13/outros/27b4d512efbac7d37520bc37aa78cac1.pdf>

FAORO, R. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Globo, 1984.

G1. **Concurso público atrai brasileiros em busca de bons salários e estabilidade**. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/10/concurso-publico-atrai-brasileiros-em-busca-de-bons-salarios-e-estabilidade.html>. Acesso em 13 nov. 2018.

G1. **Com Crise Econômica Concurso Público é Aposta Para Estabilidade**. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/04/com-crise-economica-concurso-publico-e-aposta-para-estabilidade.html>

JUNQUILHO, G. S. **Teorias da administração pública**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. 180p.

KEHRIG, Ruth Terezinha. **Administração pública gerencial : livro didático** – Palhoça : UnisulVirtual, 2010. 239 p.

LIMA JÚNIOR, O. B. **As Reformas Administrativas no Brasil: modelos, sucessos e fracassos**. 1998.

OLIVEIRA, V. C. da S. **Modelos de Administração Pública**. Administração Pública Contemporânea: política, democracia e gestão. UFJF, 2013, p.18.

PALUDO, A. V. **Administração Pública**. 2012

UOL. **Burocracia Max Weber e o Significado de Burocracia**. 2007. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/burocracia-max-weber-e-o-significado-de-burocracia.htm>

WEBER, MAX. **Ensaio de sociologia**. 5.ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.